

PESQUISA PSICANALÍTICA DE IMAGINÁRIOS COLETIVOS À LUZ DA TEORIA DOS CAMPOS

AUTORIA

Tânia Maria José Aiello Vaisberg, Livre Docente em Psicopatologia pela USP, Pontifícia
Universidade Católica de Campinas, tania.vaisberg@pesquisador.cnpq.br.

Maria Christina Lousada Machado, Doutora em Psicologia Clínica pela USP, PONTIFÍCIA
Universidade Católica de Campinas, mclmachado@uol.com.br

RESUMO: O artigo demonstra como o uso da Teoria dos Campos, quando articulada ao conceito blegeriano de conduta, pode tornar mais rigorosa a pesquisa psicanalítica de imaginários coletivos ligados ao fenômeno do preconceito.

Palavras-chave: preconceito, imaginário, conduta, Teoria dos Campos, Psicanálise.

ABSTRACT The article shows how the use of Psychoanalytical Fields Theory, when combined with the blegerian concept of behavior, can make the research about collective imaginary related to prejudice phenomenon more reliable.

Key-words: prejudice, imaginary, behavior, Psychoanalytical Fields Theory, Psychoanalysis

Quando diferenciamos, como Herrmann (1991), as dimensões metodológicas, doutrinárias e terapêuticas da psicanálise, fica evidente que seu alcance, como ciência da psique, vale dizer, da produção de sentido, ultrapassa francamente os limites do dispositivo clínico padrão, cunhado para o atendimento individual do paciente neurótico. Torna-se, deste modo, absolutamente clara a potencialidade heurística de um método que não está comprometido com nenhuma teoria instituída, seja quem for seu autor, mas se presta à contínua atividade teorizante, que pode fazer, de qualquer fenômeno humano, alvo de consideração rigorosa.

Ao estudar com precisão e detalhe a eficácia do método psicanalítico, Herrmann (1991) defrontou-se com a necessidade de cunhar uma nova idéia, a de inconsciente relativo, ou campo, que entende como avesso daquilo que se dá, fenomenicamente, na clínica. Entretanto, notamos que, ao longo de seu discurso, referir-se-á à dimensão manifesta, da qual o campo é avesso, de dois modos, apelando para o uso de dois conceitos bastante distintos: representação e relação. Ora, há, evidentemente, tais noções não se confundem, na medida em que a primeira delas acentua aspectos discursivos, ainda que a representação, em sua acepção psicanalítica, não se dissocie, ontologicamente, do afeto, enquanto o segundo se instala de modo mais franco e realizado em terreno clínico transferencial. Podemos associar o deslizamento entre ambas, que ocorre muitas vezes sem ser objeto de maior atenção, como uma oscilação, perfeitamente compreensível, entre os dois paradigmas vigentes no campo psicanalítico, que foram identificados, a nosso ver de modo preciso, por Greenberg e Mitchell (1994): o paradigma estrutural pulsional, que se vincula estreitamente à metapsicologia clássica, e o paradigma estrutural relacional, que se apóia, fundamentalmente, na teoria das relações objetais. A presença de uma tal oscilação não surpreende, uma vez que reproduz, de certo modo, uma dualidade já presente no texto freudiano (Politzer, 1928).

Entretanto, o uso indiferente dos termos representação e relação, para referir o plano manifesto, que se sustenta sobre o campo inconsciente, traz conseqüências que afetam as pesquisas psicanalíticas que se apóiam na Teoria dos Campos, principalmente quando se referem a fenômenos que não ocorrem durante sessões clínicas, no sentido estrito do termo. É o que temos constatado, na medida em que realizamos e orientamos, desde os anos oitenta, investigações psicanalíticas sobre manifestações coletivas de preconceito. Este quadro demanda um trabalho de elaboração conceitual que possa ser, simultaneamente, crítico e propositivo, permitindo o alcance de uma maior precisão metodológica. Para fazê-lo, buscamos estabelecer interlocuções com outros autores, a partir de uma perspectiva segundo a qual a Teoria dos Campos pode ser considerada um convite inequívoco ao desapego a fidelidades escolásticas, que tem caráter reprodutivo, mas podem limitar seriamente o avanço do conhecimento. Por esta razão, não tivemos

dificuldade em ensaiar uma articulação entre a obra de Herrmann e as formulações sistematizadas por Bleger (1963), quando propõe que o conceito de conduta deve ocupar um lugar nuclear numa psicanálise que se queira verdadeiramente concreta e próxima ao acontecer humano. Como sabemos, o termo foi introduzido no campo psicanalítico por Daniel Lagache (1949), em virtude de um equívoco inicial grosseiro, que chegou, ele mesmo, a esclarecer posteriormente, ligado a esperanças, que se revelaram infundadas, de que o comportamentalismo americano pudesse dialogar com a teoria psicanalítica. Na verdade, não existe possibilidade de uma aproximação entre tais correntes de pensamento, porque adotam visões antropológicas muito diversas, a primeira buscando uma simplificação e mecanização do humano que é, para a segunda, absolutamente inaceitável. Entretanto, a partir deste equívoco, o próprio Lagache (1962) veio a aprofundar uma idéia de manifestação humana complexa que se descolou completamente de qualquer forma de behaviorismo. Mais tarde, Bleger (1963), seguindo indicações lagacheanas, articulou o conceito de conduta ao pensamento crítico de Politzer (1928), retomando uma noção que é, ao mesmo tempo, ampla e precisa, que abrange manifestações humanas, individuais ou coletivas, as quais se sustentam a partir de campos ou inconscientes relativos cuja ruptura o método psicanalítico opera. À luz de sua proposta, podemos pensar que o termo que melhor complementa a idéia herrmanniana de campo não seja a representação nem a relação, mas sim a conduta, tal como pôde ser psicanaliticamente pensada por Lagache (1949) e Bleger (1963).

Aderindo, assim, a uma perspectiva segundo a qual a conduta humana é o fenômeno que estudarão, desde diferentes recortes, todas as ciências humanas, Bleger (2001) tenta resolver antigas pendências, relativas à distância existente entre a prática clínica, que se atualiza sempre em campo transferencial e, portanto, vincular, e as formas discursivas características da psicanálise, que tendem ao abandono do campo da intersubjetividade para teorizar em termos de entidades de caráter psicofisiológico que habitariam a interioridade do organismo individual:

“Trabajar en psicología con el concepto de conducta es una especie de retorno a los hechos mismos, en la medida en que esto es factible en cualquier ciencia; este atenerse a los hechos, tal cual se dan y tal como existen, permite confrontación de observaciones, verificación de teorías y comprensión unitaria de aportaciones ubicadas en distintos contextos o enquadres teóricos. Nuestro estudio de la conducta se hace en función de la personalidad y del inseparable contexto social, del cual el ser humano es siempre integrante; estudiamos la conducta en calidad de proceso y no como 'cosa', es decir, dinámicamente.” (Bleger, 2001, p.27).

A Conduta e o Campo

Seguindo as orientações de Pichon-Rivière, Bleger (2001) proporá que a complexidade da conduta seja recortada em termos de áreas de expressão, campos e âmbitos. São três as áreas, compreendendo fenômenos mentais, corporais e de atuação no mundo externo, valendo destacar que num mesmo momento a conduta pode se dar de modo a configurar integração ou dissociações entre as áreas de expressão. O conceito de âmbito se refere ao recorte neste estudo, que pode privilegiar a abordagem de indivíduos ou de coletivos. Encontra-se aí uma solução bastante interessante quanto à discussão sobre "fatores individuais ou sociais" da conduta humana, uma vez que toda manifestação será considerada inevitavelmente tanto individual como social, em função de interesses clínicos e investigativos pré-definidos, que privilegiem o indivíduo ou a sociedade. Finalmente, o conceito blegeriano de campo¹ corresponde à tentativa de

¹ Para evitar mal entendidos, usaremos o termo contexto para nos referirmos ao conceito blegeriano de campo.

redução da amplitude da idéia de situação concreta, tendo em vista permitir um uso metodologicamente mais rigoroso. Definido pelo psicanalista argentino como um corte hipotético e transversal, que permite considerar a situação em um momento dado, o conceito blegeriano de campo está primariamente ligado, em seu pensamento, à preocupação central em não distanciar a teorização do acontecer humano. Serve, principalmente, para distinguir contextos situacionais, segundo o fato de serem apreendidos pelo indivíduo ou grupo considerado ou por um observador "relativamente" externo, ou ainda segundo o fato da apreensão subjetiva ser ou não ser consciente.

Parece-nos apropriado e produtivo usar o conceito psicanalítico de conduta, concebida como manifestação de natureza fundamentalmente vincular e coexistencial, segundo as linhas anteriormente adotadas por Lagache (1949), para designar a dimensão fenomênica da qual o campo herrmanniano seria o avesso. Deste modo, pode-se tentar apreender os campos de toda e qualquer manifestação, simbólica, corporal ou de ação sobre mundo, considerada a partir o indivíduo, do grupo ou da instituição social, tendo em vista favorecer transformações clínicas:

"Todo analista apreende seu paciente num campo distinto daquele da intenção consciente. Que significa um campo? Um assunto, disse há pouco, como uma primeira aproximação. Em verdade, por campo havemos de entender o conjunto de determinações inaparentes que dotam de sentido qualquer relação humana, da qual a comunicação verbal é tão-só o paradigma. É aquilo de que não se sabe, nem se nota, quando nele se está. Abrange as conotações de assunto, mas igualmente de domínio (como quando se diz: domínio veritativo de uma proposição) e, mais amplamente, de determinação e sobredeterminação. Um campo sustenta significativamente as relações que nele ocorrem. Na acepção teórica mais ampla, que interessa à Psicanálise, nosso campo limite é o próprio inconsciente. Contudo, o sistema campo/relação, instrumento de construção desta obra, permite todos os graus de transição entre determinante e determinado: cada relação humana dada supõe um campo - na análise mas também na vida do indivíduo ou da sociedade humana. Assim se cria uma autêntica generalização operacional do conceito de inconsciente; qualquer campo concebível possui a índole de inconsciente relativo para as relações que suporta." (Herrmann, 1991, p. 29).

Como vemos, neste trecho Herrmann (1991) tanto se aproxima do conceito de campo em termos discursivos, apelando para a idéia de assunto ou domínio, como faz referência à possibilidade de se "estar" em um campo, o que revela sua concepção alargada da dimensão psíquica, como mundo habitado pelo homem. Em outros momentos, Herrmann (2001) aproxima o conceito de campo à idéia de regra, tornando sua definição de inconsciente relativo mais formal, ao mesmo tempo em que paradoxalmente mais próxima à clínica, na medida em que usa a idéia de relação que está, a nosso ver, mais encarnadamente próxima da de conduta do que a representação.

"Um campo é o lugar das regras que determinam as relações que concretamente vivemos [...]. Engloba algo do inconsciente tradicional - lógica do processo primário e representação defensiva -, junto com a composição da zona intermediária que organiza nossas idéias. Uma pessoa está num campo ou não está, ao contrário do inconsciente freudiano, em que sempre se está. Não estando num, está noutra. Quando se está num campo, todas as relações, as idéias, os sentimentos, etc., são produzidas e determinadas por ele; quando mudamos de campo, é como se o anterior nunca houvesse existido, tornamo-nos diferentes, mas não percebemos. [...] Penso que dessa forma a noção de inconsciente se torna mais flexível e ao mesmo tempo mais geral. Os campos, com suas zonas intermediárias, são instrumentos

úteis para enriquecer o estudo do inconsciente com novas figuras, mecanismos e operações [...]” (Herrmann, 2001, p. 27).

Inicialmente relacionado à idéia de assunto e várias vezes definido, ao longo do texto, como conjunto de regras, o campo acaba sendo descrito como conjunto de pressupostos "habitados" pelo paciente, configurando uma noção sofisticada, que se articula, de modo complexo, em registros vivenciais e lógico-discursivos. O acesso a tais pressupostos lógico-emocionais permitirá a produção de interpretações psicanalíticas como ruptura de campo, operação que Herrmann (1991) descreveu, no contexto da sessão psicanalítica, como resultado de um jogo regrado, cuja regra básica consiste em ouvir o paciente fora do campo proposto como tema, o que permitirá detectar que tipo de mundo emocional habita naquele momento:

“As palavras exigem do interlocutor que se situe no campo que seus pressupostos determinam. Mesmo a fala interior é diálogo comigo, com meus botões, com o travesseiro. O outro é definido pelas palavras que lhe endereço, justifica-me ainda ao me contradizer. O campo sobre o qual se assenta qualquer dizer é geralmente banal e oculto; trata-se do idioma comum, da suposição de uma comum realidade externa, de emoções partilhadas sob o mesmo nome - raiva, amor, desdém. O campo do dizer engloba tudo o mais que não é dito. Desnudar a presença de tal campo, pondo atenção indevida aos pressupostos do diálogo, como acabamos de ver, é vivido geralmente como um puxão no tapete da comunicação; se, de um lado, é a específica tarefa do analista, de outro irrita e evoca mágoa ou desforço.” (Herrmann, 1991, p. 55).

Esta definição deve ser complementada por um esclarecimento relativo ao modo pelo qual um campo pode ser captado: a ruptura de campo.

“O argumento que sustento agora é que, não importando o conteúdo específico de uma interpretação, não importando sequer se o analista pensa estar interpretando, um efeito interpretativo comum sempre ocorre: o diálogo entretido com seu analista provoca a ruptura do campo de sustentação das relações vigentes em certo momento analítico. Seja melhor ou pior a direção da ruptura - e realmente pode ser muito infeliz - seu efeito será o que já vimos: um instante lógico de impossibilidade de representação suficiente (de expectativa de trânsito), seguido de reestruturação de outro campo, em que relações novas advirão. Esta é, a meu ver, a operação fundamental da Psicanálise, que batizaremos de ruptura de campo.” (Herrmann, 1991, p. 29).

Aqui é fundamental lembrar que, no texto herrmanniano, o conceito de interpretação não corresponde à enunciação de sentenças interpretativas, em vertentes explicativas ou provocativas (Aiello-Vaisberg, 2003), para designar precisamente todo fazer - ou não fazer - capaz de favorecer o desaparecimento de um dado campo, já que todo campo é um mundo que se habita sem que disso nos apercebamos. Em outros termos, é impossível estar e perceber um campo num mesmo momento, de tal modo que toda percepção opera, por si mesma, efeitos libertadores. Rompido o campo, modifica-se a conduta e pode a pessoa - ou o coletivo - alcançar posições existenciais mais flexíveis e menos dissociadas.

Teoria dos Campos e Imaginários Coletivos

O uso do conceito de conduta permite que fenômenos sociais tais como o preconceito e a exclusão social, que se expressam na área de atuação no mundo externo

como práticas, e na área mental como produções imaginativas, sejam pesquisados psicanaliticamente. Delineia-se, deste modo, um tipo específico de investigação voltada ao estudo de imaginários coletivos, concebidos como condutas, que segue, como desenho básico, a identificação das produções e a busca do campo dos seus pressupostos ideativo-emocionais. Desde uma perspectiva psicossociológica, que privilegia ações psicoprofiláticas, primariamente ligadas a esforços no sentido de diminuição do preconceito contra o paciente psiquiatrizado, enveredamos, há algum tempo, pelo caminho da pesquisa do imaginário de diferentes grupos, mais ou menos diretamente envolvidos com a problemática da chamada doença mental. Entendendo a pesquisa psicanalítica como adoção de um método que opera a partir da expressão/comunicação que é escutada/acolhida pelo psicanalista, lançamos mão de estratégias facilitadoras da instauração de um campo psicanalítico fora do dispositivo padrão. Tais estratégias permitem que o encontro entre pesquisador e participantes se faça sob a forma de um diálogo lúdico, de modo tal que a entrevista de pesquisa acaba se configurando, tal como a psicoterapia, como superposição de áreas de brincar (Winnicott, 1971). Este modo de pesquisar o imaginário faz muito sentido e tem permitido a obtenção de efeitos clínicos mutativos, segundo nossa experiência, tanto quando as pessoas e grupos pesquisados se encontram bastante distanciados da questão em pauta como também quando, ao contrário, vêem-se profundamente implicados como profissionais da área, como familiares ou como pacientes. Um dos recursos que mais temos utilizado, em virtude da potencialidade heurística que vem demonstrando, é o Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema (Aiello- Vaisberg, 1999), que desenvolvemos a partir de idéia original de Trinca (1976). Seu uso tem o dom de "provocar" as pessoas, que acabam, de modo bastante instigante, por se expressar, de modo imaginativamente simbólico, sobre os temas que lhes são propostos.

Inicialmente, praticamos aplicações coletivas, que realizamos no contexto do ensino de psicopatologia a futuros psicólogos (Aiello-Vaisberg e Machado, 2005), depois das quais favorecíamos a instauração de um espaço de troca de impressões e idéias sobre a experiência expressiva. Aos poucos, fomos nos dando conta de que estas duas atividades não deveriam ser dissociadas, porque configuravam dois momentos de um mesmo encontro, durante o qual a atenção dos participantes se mantinha atraída pelo tema proposto, de modo tal que, se numa parte inicial se realizava o que poderia parecer uma 'coleta de dados', no sentido metodológico mais convencional, operamos, de fato, num contexto verdadeiramente clínico, na medida em que a expressão subjetiva encontrava espaços favorecedores de elaboração reflexivo-vivencial, numa linha que Sirota (1998) tem denominado espaços intermediários de palavra.

O Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema consiste na demanda do desenho de uma figura ligada a tema previamente escolhido pelo pesquisador e da posterior solicitação de escrita de uma história sobre a figura desenhada. Inicialmente, em função do nosso interesse, usamos como tema uma pessoa louca e/ou doente mental, ou um adolescente problemático ou uma criança problema, vale dizer, temas primariamente ligados à psicopatologia da infância, adolescência e idade adulta. Vimos, entretanto, a cedo constatar que havíamos criado uma metodologia que permite a realização de estudos sobre muitos assuntos humanos e, em especial, a respeito de figuras sociais que podem sofrer em função de discriminação e preconceito, tais como deficientes, soropositivos, homossexuais, homens com dificuldades sexuais, pobres ou obesos. As produções imaginativas, que têm origem no uso do Procedimento Desenhos Estórias são, assim, concebidas como expressão da área mental ou simbólica, as quais, sendo vistas em seu conjunto, permitem a consideração da conduta em âmbito coletivo. O conjunto expressivo composto pelos desenhos e histórias pode ser entendido como equivalente ao conjunto das comunicações emocionais que um paciente apresenta ao analista, durante o decorrer de uma sessão. Este material clínico, por sua vez, pode ser abordado a partir do uso do método psicanalítico, tal como é operado por meio da Teoria dos Campos.

Se a pessoa que participou da pesquisa recebeu um convite para desenhar e inventar uma história sobre um tema, seguindo sua livre vontade, podemos pensar que "associou livremente" a partir da instrução recebida. O material será recebido pelo

pesquisador psicanalista segundo uma postura de abertura plena à expressão subjetiva, que coloca entre parênteses, fenomenologicamente, julgamentos, convicções, preferências teóricas, ou, na feliz expressão bioniana, memórias e desejos. Herrmann (1991) traduz o uso do método em termos de esclarecedoras palavras de ordem: deixar que surja, tomar em consideração e completar o desenho ou configuração do desejo. Cada desenho-estória será analisado deste modo, do que resultará na possibilidade de apreensão/ruptura dos campos psicológicos ou inconscientes relativos determinantes da conduta manifesta. O acesso aos campos é o que permitirá ao psicanalista psicossociólogo, que se interessa tanto por intervenções em situações críticas, como por ações psicoprofiláticas, a atingir uma compreensão mais detalhada do que organiza emocionalmente as condutas de um determinado setor da realidade humana.

Citamos, a seguir, um exemplo de pesquisa interventiva sobre imaginários coletivos que se utilizam metodologicamente da Teoria dos Campos. No contexto da formação de psicólogos, introduzimos, no ensino de psicopatologia psicanalítica, uma prática a que nos dedicamos por cerca de duas décadas, por meio do uso do Procedimento de Desenhos-Estórias usando como tema o louco ou doente mental no que chamamos de enquadre transicional de aprendizagem (Aiello-Vaisberg, 1999). Deste modo, podíamos, a cada ano, analisar psicanaliticamente as produções dos alunos, tendo em vista conhecer os campos determinantes do imaginário coletivo da classe. Deste modo, tornava-se possível não apenas transmitir conhecimento conceitual, mas também lidar com dimensões afetivo-emocionais inconscientes claramente relacionadas a condutas defensivas e preconceituosas, criando condições para uma elaboração reflexivo-vivencial dos conhecimentos transmitidos. O que se visava, deste modo, evitar, era uma apreensão meramente intelectual e dissociada, que se revelaria, em momento posterior, como clinicamente inútil. Derivamos, a partir destas práticas, um material que pôde ser organizado como tese de livre docência que foi diretamente supervisionada por Fábio Herrmann (Aiello-Vaisberg, 1999). Como segundo exemplo, podemos lembrar uma pesquisa vinculada à clínica do cuidado psicológico de homens que padecem dificuldades sexuais, concebida com o objetivo de conhecer o inconsciente relativo do imaginário de universitários sobre tais condições (Martins, 2007). Lançando mão do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema sobre homens com dificuldades sexuais, o autor obteve produções gráfico-verbais de mais de cinquenta adultos, nas quais esta problemática foi identificada como impotência e ejaculação precoce. Tomando a Teoria dos Campos como perspectiva, procedeu a elaboração analítica que permitiu captar três campos, denominados "o amante competente", "felizes para sempre" e "será que ele é?". O primeiro deles consiste na necessidade de ser capaz de fazer a parceira ter orgasmos, colocando a mulher numa posição de consumidora passiva e atribuindo ao homem a obrigação de apresentar um bom desempenho. O segundo campo se articula como um outro "assunto", relativo às dificuldades inerentes à manutenção do desejo erótico no contexto da união conjugal. Finalmente, o terceiro campo incide sobre uma idéia que se expressa, popularmente, por expressões tais como "homem que é macho não nega fogo", ou seja, que quem é viril tem sempre bom desempenho enquanto, como corolário, todos os outros são homossexuais. Encontrar tais campos entre universitários coloca algumas questões bastante interessantes, nas quais não nos alongaremos neste momento, e traz importantes subsídios para pensar ações psicoprofiláticas e psicossociológicas, indicando a existência de uma forma de discriminação que, sendo velada, não deixa de gerar sofrimento emocional importante.

O acesso aos campos, enquanto avesso inconsciente produtor de condutas, dentre as quais se inclui a atividade imaginativa, acontece como ruptura que desestabiliza todo um conjunto de concepções eventualmente simplificadoras, estereotipadas, preconceituosas e acriticamente formuladas como defesas contra angústias que, via de regra, revelam-se, neste campo de estudo, como fundamentalmente paranóides. Quando o campo é rompido corretamente, sem aumentar o quantum de angústias e assim preservando a integridade do paciente, a adesão a condutas preconceituosas é abalada, abrindo-se espaço para um maior contato consigo mesmo e superação de dissociações.

Ora, se as condutas discriminadoras e preconceituosas estão sempre, e no fundo, de acordo com nossas pesquisas, ligadas a angústias paranóides, sua transformação

requer que possam ser conhecidos os modos como se revelam, em cada caso específico, em termos de superfície (Herrmann, 1991), vale dizer, vinculadamente às condições concretas de cada acontecer clínico. A desestabilização do campo paranóide reinstalará, no coletivo, a capacidade de trânsito que é exatamente o contrário do preconceito, que é rígido e fixo como uma idéia delirante. A partir daí criar-se-á espaço para o advento da substituição de concepções preconceituosas por visões mais amadurecidas, capazes de integrar dimensões cognitivas e afetivo-emocionais, permitindo a emergência espontânea de considerações da ordem da ética e da solidariedade.

Referências Bibliográficas

- AIELLO-VAISBERG, Tânia Maria José (1995) O uso de procedimentos projetivos na pesquisa de representações sociais. *Psicologia USP*, 6, 103-127.
- AIELLO-VAISBERG, Tânia Maria José (1999) Encontro com a Loucura: Transicionalidade e Ensino de Psicopatologia. Tese de Livre Docência. São Paulo, Universidade de São Paulo, www.teses.usp.br.
- AIELLO-VAISBERG, Tânia Maria José (2003) Ser e Fazer: interpretação e intervenção na clínica winicottiana. *Psicologia USP*, 14, 95-128.
- AIELLO-VAISBERG, Tânia Maria José e MACHADO, Maria Christina Lousada (2005) Transicionnalité et enseignement de la psychopathologie: réflexion sur les 'cours pratiques' à partir de Winnicott. *Lê Coq Héron*.180, 146-153.
- BLEGER, José. (1963) *Psicologia de la Conduta*. Buenos Aires, Paidós, 2001.
- GREENBERG, Jay e MITCHELL, Stephen (1994). *Relações Objetais na Teoria Psicanalítica*. (Traduzido por Emília de Oliveira Diehl). Porto Alegre: Artes Médicas.
- HERRMANN, Fabio. (1991) *O Método Psicanalítico*. São Paulo: Brasiliense. (Trabalho original publicado em 1979).
- LAGACHE, Daniel. (1949). *Revue Française de Psychanalyse*, 13 (1), 97-118.
- LAGACHE, Daniel (1962) La psychanalyse et l'idée de nature humaine. In Oeuvres IV. Paris, PUF.
- MARTINS, Paulo César Oliveira. (2007) O amante competente e outros campos do imaginário coletivo de universitários sobre dificuldades sexuais masculinas. Tese de Doutorado. Campinas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br.
- POLITZER, Georges (2003) *Critique des Fondements de la Psychologie*. Paris, PUF. (Trabalho original publicado em 1928).
- SIROTA, André (1998) Des espaces culturels intermédiaires. In J. Barus-Michel e F. Giusti-Desprairies *La scène sociale: crise, mutation, émergente*. Paris, Eska.
- TRINCA, Walter (1976) *Investigação Clínica da Personalidade: O Desenho Livre como Estímulo de Apercepção Temática*. Belo Horizonte: Interlivros.
- WINNICOTT, Donald Woods (1991) *Playing and Reality*. London: Tavistock. (Trabalho original publicado em 1971).